

DIMITRI TILLOI-D'AMBROSI

ROMA ANTIGA

Mitos e Verdades

Tradução de
MARIA FERRO



BERTRAND EDITORA
Lisboa 2024

ÍNDICE

Prefácio	9
1. Roma foi fundada em 753 a. C.?.....	13
2. A República Romana era uma democracia?	19
3. Roma impôs a sua cultura às províncias?.....	25
4. A presença romana era um fardo para os habitantes das províncias?.....	33
5. As orgias romanas alguma vez existiram?.....	41
6. Os imperadores eram realmente loucos?.....	47
7. O imperador romano era todo-poderoso?.....	55
8. O Império Romano caiu nas mãos dos Bárbaros?.....	63
9. Os Romanos gozavam de boa saúde?.....	71
10. O vinho romano era bom?.....	77
11. Os Romanos poluíam o seu ambiente?.....	85
12. Todos os cidadãos romanos tinham direito a pão de graça?.....	93
13. As mulheres romanas eram emancipadas?	101
14. Os Romanos eram vegetarianos?.....	111
15. Os Romanos faziam turismo?.....	115
16. O Império tornou-se cristão com Constantino?.....	125
17. Os Romanos eram supersticiosos?	135
18. Os Romanos passavam o ano inteiro a celebrar festas?.....	145
19. Os Romanos eram cruéis?	151

20. Os Romanos iam a restaurantes?.....	161
21. Pompeia foi destruída em 24 de agosto de 79?	169
22. Os Romanos eram os «reis do betão»?.....	175
23. As fronteiras do Império eram intransponíveis?	183
24. Os Romanos cheiravam mal?	193
Notas	201

PREFÁCIO

Carlos Magno em 800, Otão I em 962, Napoleão I em 1804: três datas nas quais cada um destes soberanos procurou restaurar a dignidade imperial. O Império Ocidental pode ter-se desvanecido no século v, mas o sonho de o restaurar nunca se desvaneceu. Os mil anos de civilização romana deixaram uma marca indelével nas memórias e no imaginário político. Ainda hoje, a herança de Roma é constantemente invocada, até mesmo instrumentalizada e fantasiada, como se fosse a matriz do Ocidente. Não só Roma é admirada pelo seu poder, como a sua história também é lida como um oráculo de Delfos, no qual procuramos detetar os sinais de um iminente colapso civilizacional.

Para além da majestade dos imperadores representados no mármore, dos requintes da arte de viver e da força de combate das coortes de soldados, as lendas obscuras de um império onde terá reinado a devassidão, o excesso e a violência atravessam de uma forma contínua a literatura, a pintura ou o cinema. Tal como Jano, o deus com duas faces, o Império Romano terá brilhado tanto pelos grandes feitos da sua civilização quanto terá ficado manchado pelos excessos dos seus imperadores e aristocratas abastados. O povo de Roma, por seu turno, tende a ser visto como uma massa ociosa obcecada por espetáculos sangrentos. Quantas vezes, hoje em dia, a expressão de Juvenal «pão e circo» é usada em relação a uma sociedade de entretenimento e lazer que seria um espelho do mundo dos Romanos?

Os lugares-comuns sobre o Império Romano são inúmeros e persistentes. Em primeiro lugar, seria um erro vê-lo como uma entidade monolítica e imutável. A Roma dos Tarquínios não era, de modo algum, a Roma dos Antoninos. Na escala do tempo, as mudanças políticas, sociais e económicas marcaram o milénio da história de Roma. Quanto ao espaço, a diversidade dos territórios e dos povos do Império torna-o mais um mosaico de mil cores do que um monumento de um branco imaculado.

É este o desafio da investigação atual, ter em conta as *nuances* com que a civilização romana deve ser abordada. Apesar do poder hegemónico exercido por Roma desde Inglaterra ao Saara, do Atlântico ao Eufrates, a pertença ao Império assumiu muitas formas para os homens e mulheres que habitaram este imenso território. As identidades, as línguas e as crenças recompunham-se e misturavam-se à sombra das águias de Roma. O poder de Roma baseava-se indubitavelmente na ordem das armas, mas também na capacidade de integrar populações tão variadas como os Celtas da Gália, os Gregos da Europa e da Ásia Menor e os Egípcios.

São necessárias ainda mais *nuances* quando examinamos os corpos e as almas dos Romanos, as suas mentalidades e as suas representações. As relações com os valores e a moral estão, muitas vezes, a léguas de distância das imagens sensuais e carnais que fazem parte do imaginário coletivo. Roma era uma sociedade de normas religiosas, sociais e culturais. Condicionava a pertença a um modelo cívico exigente no qual primava o sentido dos deveres no seio de uma comunidade, a começar pelos deveres para com os deuses. Negligenciar esses deveres era arriscar ver os poderes divinos abandonarem a cidade e entregarem os homens aos piores males.

Perante os infortúnios da época, os Romanos não encontravam, por vezes, explicações racionais quando as epidemias ou as forças da natureza se abatiam sobre todo o Império. As vulnerabilidades de uma sociedade, seja ela a dos Romanos ou a nossa, não deixam de suscitar interrogações e de nos fazer olhar para o

passado. As questões colocadas ao longo dos capítulos deste livro ajudar-nos-ão, portanto, a identificar os pontos fortes e fracos do Império Romano, a constatar certas semelhanças entre os Romanos e as nossas sociedades, mas também a apreciar a distância que nos separa para lá de uma aparente familiaridade.

Roma foi fundada em 753 a. C.?

Um arado rasga a terra nas margens do Tíbre, deixando ver um sulco à volta do Palatino. Este era o limite de uma cidade que, ao longo dos séculos, estendia as suas fronteiras até aos confins do mundo habitado. Por enquanto, não passa de um embrião, um sonho na mente de Rómulo. Em breve, o sangue de Remo, deramado pelo gesto fratricida, escorre no sulco fundador. O preço pago pela sua audácia recorda a cada romano o valor sagrado desta fronteira que circunda a cidade: o *pomerium*.

No interior deste espaço, Roma não passa ainda de uma aldeia povoada por pastores sobre os quais Rómulo exerce a sua autoridade enquanto rei. A proibição de enterrar os mortos dentro deste limite é uma forma de assinalar o seu carácter sagrado. Tudo o que se encontra no seu seio não podia contaminar os cidadãos descendentes de Rómulo. Contudo, o vale do Fórum foi uma necrópole na época arcaica, antes de os mortos darem lugar aos vivos, a partir do século VIII a. C.

Esta primeira Roma é chamada *Roma quadrata*, a Roma quadrada, devido à forma que lhe foi dada pelas suas muralhas originais e que corresponde ao limite definido pelo fundador. Ao longo da história de Roma, o *pomerium* foi várias vezes alargado. Continuou a ser esse o caso na época imperial, por ocasião de algumas conquistas, por exemplo em 49, após a conquista da província da

Bretanha, ou seja, a Inglaterra atual, durante o reinado de Cláudio. É o que ilustra um cipo (pequena coluna utilizada como marco) atualmente nos Museus do Vaticano, onde podemos ler que, depois de ter alargado as fronteiras do Império Romano, Cláudio estendeu o *pomerium* e delimitou-o com marcos. De certa forma, o gesto de Rómulo é reproduzido simbolicamente. Do mesmo modo, quando uma colónia romana era fundada, as moedas podiam representar uma cena semelhante, com uma parilha de bois a puxar o arado para cavar o sulco, como uma repetição do mito das origens.

Os antigos manifestam a preocupação de fazer remontar as origens da sua cidade a um passado prestigioso e lendário no qual deuses e heróis, através das suas façanhas, lançam as bases da identidade cívica através dos atos fundadores. No século I a. C., as obras de Dionísio de Halicarnasso e de Tito Lívio comprazem-se em oferecer uma narrativa ou uma cronologia solidamente estabelecida, como uma ponte construída entre o tempo lendário das origens e a sua própria época. Na extremidade desta linha cronológica, nas brumas das origens, a data de 21 de abril de 753 a. C. destaca-se como o ponto fulcral que inscreve a pequena comunidade agrária do Lácio na marcha da História. Séculos mais tarde, esta data canónica continua a ser o dia do nascimento (*dies natalis*) da Cidade Eterna, cuja alegoria deificada é objeto de um verdadeiro culto. No reinado do imperador Adriano, iniciaram-se as obras de um enorme templo dedicado a Vénus e a Roma no dia 21 de abril de 121, como uma materialização em pedra do acontecimento. A festa de *Parilia*, dedicada à deusa dos pastores Pales, acabou por se fundir com a comemoração da fundação de Roma.

No entanto, há que ter prudência perante as datas propostas com confiança pelos autores antigos. O carácter lendário de Rómulo, cuja história é contada em várias versões, leva-nos a pôr em causa a historicidade da data de 21 de abril de 753 a. C. Teriam os autores antigos mentido? De facto, alguns deles, como Tito Lívio, não eram ingénuos e manifestaram dúvidas relativamente

à veracidade do relato da lenda. Entre os historiadores contemporâneos, há quem adote uma leitura hipercrítica destes relatos lendários e considere que nada podem contribuir para o conhecimento histórico.

A lenda tem, no entanto, a sua quota-parte de verdade. No cume do Palatino, não muito longe da casa do imperador Augusto, escavações arqueológicas efetuadas em 1948 revelaram pequenos vestígios de buracos de postes. Ainda hoje visíveis, indicam a presença de cabanas datadas do século VIII a. C. O aspeto destas habitações é sugerido pelas urnas funerárias em forma de cabana, características de várias regiões da Itália da Idade do Ferro e pertencentes à cultura de Villanova (séc. X-VIII a. C.). Os Romanos situavam a habitação de Rómulo na parte sudoeste do Palatino. Por outro lado, o mito da fundação de Roma foi reatualizado por Augusto, que se apropriou do simbolismo do local ao instalar a sua residência nas proximidades: a topografia levou a uma assimilação entre o fundador de Roma e o fundador do Principado.

Os traços arqueológicos destas cabanas do Palatino são frequentemente utilizados para sustentar a ideia de que os primeiros povoamentos no local de Roma correspondem à cronologia da lenda e, portanto, à suposta época do reinado de Rómulo no século VIII a. C. Contudo, as evidências arqueológicas apontam para uma implantação muito anterior, que remonta ao século X a. C., no Palatino e noutras colinas de Roma, sob a forma de pequenas aldeias. A Cidade Eterna revela-se, assim, pelo menos dois séculos mais antiga do que a tradição sugere. Podem mesmo ser encontrados vestígios de ocupação desde o Paleolítico e no decurso do segundo milénio a. C., mas sem uma verdadeira continuidade.

A localização geográfica de Roma pode parecer hostil ao homem devido às cheias impetuosas do rio Tíbre, mas também devido à presença de pântanos e, conseqüentemente, de doenças. Todavia, situa-se num eixo de comunicação estratégico, sobretudo para o comércio do sal, produto absolutamente indispensável na Antiguidade para a conservação de géneros alimentícios como o

peixe e a carne. A *Via Salaria*, que liga Roma à costa adriática, foi utilizada pelos Sabinos na época arcaica para o comércio desta preciosa mercadoria.

A história das origens de Roma continua a ser difícil de compreender com precisão pelos arqueólogos, pelo que as incertezas são muitas. Por exemplo, as muralhas descobertas na encosta norte do Palatino pelo arqueólogo italiano Andrea Carandini, na década de 1980, deram origem a um debate entre os especialistas que procuravam saber se estes vestígios deveriam ser interpretados como prova de um rito de fundação e, por conseguinte, da *Roma quadrata*.

Parece ser em vão que se tenta traçar com precisão a história das origens de Roma, destrinchando-a do mito. Tal como no caso de Atenas, a cidade teve provavelmente origem num sinecismo: ou seja, a união de diferentes grupos de aldeias estabelecidas nas colinas e nos vales de Roma numa única comunidade cívica. Como em qualquer processo de formação cívica, as instituições e os cultos da cidade surgiram gradualmente, enquanto os textos literários fornecem uma narrativa simplificada na qual tudo aparece de forma concentrada no tempo, graças à ação de figuras fundadoras. O rei Numa, sucessor de Rómulo, é assim considerado pela tradição antiga como tendo estado na origem dos principais cultos e tradições religiosas. Estas narrativas etiológicas – que visam dar uma explicação imaginada às origens – permitem assim ordenar a história da cidade muito mais do que apresentar uma verdade histórica.

A narrativa dos primórdios de Roma está constantemente a ser reescrita graças às descobertas arqueológicas feitas nos últimos anos, apesar dos problemas que a sua interpretação impõe. Em 2014, foram identificados no Fórum vestígios de estruturas de tufo datadas de entre o século IX a. C. e o início do século VIII a. C. A sua função parece ter sido a de conter as águas de um pequeno afluente do Tibre.

Em 2007, outro local ligado às origens de Roma parece ter sido identificado, apesar de grandes divergências na comunidade científica. Abaixo do Palatino, não muito longe da casa de Augusto,

a sudoeste, pensa-se que uma cavidade seja o Lupercal, ou seja, a gruta onde a loba terá amamentado Rómulo e Remo. Esta gruta, decorada com mosaicos, foi, de todo o modo, venerada como tal pelos Romanos nos séculos posteriores.

A loba simboliza, por si só, a fundação de Roma e o mito das suas origens. A célebre estátua de bronze nos Museus Capitolinos é uma das obras imperdíveis da visita. Contudo, embora tenha sido, durante muito tempo, considerada uma obra etrusca antiga, análises recentes confirmaram que é, de facto, uma criação medieval. Quanto aos gémeos, já sabíamos que tinham sido um acrescento da época moderna. Além disso, o nome da loba em latim, *lupa*, é ambivalente, pois ao mesmo tempo que se refere ao animal, significa também «prostituta», facto já assinalado por autores antigos.

Mais recentemente, em 2020, outro vestígio desta topografia lendária das origens de Roma parece ter sido revelado durante escavações efetuadas no Fórum romano. Sob os degraus que dão acesso ao edifício da cúria de César, foi descoberta uma estrutura semelhante a um túmulo. As análises e o cruzamento com os textos antigos levam-nos a crer que se tratava do cenotáfio de Rómulo, ou seja, um *hérôn* – monumento erigido em memória de um herói –, uma vez que foi a partir desta zona do Fórum que o fundador de Roma terá ascendido até junto dos deuses. Segundo algumas tradições literárias antigas, o *Lapis Niger*, a pedra negra, situada não muito longe, pretende recordar esse facto. Evidentemente, esta descoberta não prova de forma alguma a existência de Rómulo, mas testemunha a centralidade desta figura na memória dos Romanos.

Embora seja uma lenda, a data de 21 de abril de 753 deixou vestígios tangíveis em Roma e marcou profundamente o imaginário dos Romanos. Ainda hoje, todos os anos, se realizam na cidade eventos de reconstituição do dia 21 de abril, sinal do poder evocativo, ainda nos nossos dias, das datas de fundação.

A República Romana era uma democracia?

S.P.Q.R.: *Senatus populusque Romanus*. A célebre máxima de Roma, presente ainda hoje por toda a capital, recorda-nos os dois pilares da República romana, que, segundo a tradição, foi fundada em 509 a. C. Nesse ano, o último rei de Roma, Tarquínio, *o Soberbo*, considerado um tirano, ridicularizou a dignidade das grandes famílias romanas. Um dos seus filhos, Sexto Tarquínio, cometeu o ato irreparável de violar Lucrecia, uma mulher da aristocracia romana, e ficou impune pelo seu crime. Os nobres romanos, avisados do crime, lideram então uma revolução para vingar a honra manchada de Lucrecia e obrigam Tarquínio, *o Soberbo*, a fugir. Lúcio Júnio Bruto e Lúcio Tarquínio Colatino foram considerados, portanto, os dois primeiros cônsules da República nascente.

A data de 509 a. C. é geralmente utilizada como um marco importante na história de Roma, juntamente com 753 a. C. para situar a fundação da cidade. Contudo, a historicidade do relato, da data e dos protagonistas é muito duvidosa. O nascimento da República é, de facto, um processo muito mais complexo e diluído no tempo, mascarado pelo carácter lendário dos relatos. As instituições da República romana desenvolveram-se gradualmente e não apareceram de repente nessa data. Tito Lívio admite, assim, que o Senado já existia no tempo de Rómulo, enquanto certas magistraturas surgiram mais tarde do que o nascimento da República.

De igual modo, o cargo de cônsul não surgiu logo em 509 a. C., tendo sido provavelmente criado várias décadas mais tarde.

É interessante situar a história de Roma numa perspetiva mais alargada e considerar que não foi a única cidade a ser o palco de grandes convulsões políticas durante este período. Em 508 a. C., o tio de Péricles, o legislador Clístenes, introduziu reformas que lançaram as bases da democracia ateniense após a queda da tirania dos Pisistrátidas. Estas medidas deram, então, mais possibilidades ao conjunto dos cidadãos de participarem nos assuntos da cidade, graças a uma redefinição do território cívico e à criação dos demos.

No entanto, ao contrário de Atenas, a queda de uma realeza associada à tirania não deu lugar a uma democracia onde reinava a isonomia, ou igualdade cívica. A utilização do termo «República» não deve induzir em erro e sugerir uma semelhança com o regime político de uma democracia ocidental. A expressão *res publica* designa, antes de mais, toda a coisa pública e os assuntos da cidade. Acrescente-se que a sociedade romana nos primeiros tempos da República era profundamente desigual, inclusive em termos jurídicos e políticos, pois as nobres famílias romanas patrícias gozavam de uma preeminência na cidade em detrimento dos plebeus e dominavam a vida política. Há que ter em conta, porém, que a plebe abrangia condições sociais muito diferentes, já que nela se encontravam os indigentes, os camponeses e os jornaleiros pobres, os artesãos de condições médias com rendimentos bastante confortáveis e os plebeus ricos que, por vezes, conseguiam fazer fortuna nos negócios e cujo nível de vida podia igualar o dos patrícios. Fosse como fosse, a sociedade romana estava estruturada por desigualdades sociais e económicas.

Na sociedade romana, as distinções ligadas ao nascimento eram fundamentais, e pertencer a uma *gens*, uma linhagem ilustre, na qual se incluíam antepassados honrados era uma garantia de sucesso na cidade. Era então possível ter assento no Senado e enveredar por uma carreira de honras: o *cursus honorum*. Inicialmente, o jogo político durante a República permaneceu nas mãos das

famílias patrícias. A queda da monarquia permitiu, antes de mais, uma apropriação do poder por parte das poderosas famílias aristocráticas, e não uma inversão da situação a favor do povo. As restrições jurídicas também refletiam esta hierarquia. Até 445 a. C., data em que foi adotada a *lex Canuleia*, o casamento entre patrícios e plebeus continuava a ser proibido.

Por conseguinte, é difícil considerar a República como uma democracia ao nível da de Atenas. Na *Guerra do Peloponeso*, o historiador Tucídides relata um discurso fúnebre proferido por Péricles em honra dos soldados caídos em combate logo no início da guerra contra Esparta. Esse discurso proporciona ao estratega ateniense uma oportunidade para enaltecer os méritos da democracia e aquilo que a torna grande. Entre outras coisas, recorda que a obscuridade da condição não é, de modo algum, um obstáculo ao exercício de responsabilidades no seio da cidade dos Atenienses e que cada um é reconhecido pelo seu mérito e não pelo seu nascimento.

Para melhor compreender a natureza da República romana e as suas particularidades, é útil consultar as *Histórias* de Políbio, um grego originário do Peloponeso que viveu no século II a. C. Este século foi marcado pela crescente expansão de Roma no Mediterrâneo, especialmente após a derrota de Cartago no final da Segunda Guerra Púnica. O Oriente helenístico, constituído pelos reinos nascidos após a morte de Alexandre, o Grande, caiu então gradualmente sob o domínio da águia e da loba. Na sua obra, Políbio testemunha as conquistas romanas: ele encontrava-se, com efeito, no centro dos acontecimentos, já que tinha sido enviado como refém para Roma. Entre 167 e 150 a. C., viveu com a prestigiada família dos Cipiões, sensível aos requintes do mundo helénico.

Um dos objetivos das *Histórias* de Políbio é explicar os fundamentos do poder romano. A sua estada em Roma deu-lhe a oportunidade de observar mais perto as engrenagens do sistema político romano e de compreender os seus princípios. De um modo geral, a sua reflexão insere-se num debate no qual muitos historiadores e filósofos da Antiguidade estavam empenhados,

sobre o melhor sistema político para a cidade, seguindo as pisadas de Heródoto, Platão ou Aristóteles.

Na sua obra, Políbio conceptualiza o modelo da anaciclose. Esta teoria parte do princípio de que, ao longo da sua história, qualquer cidade é suscetível de conhecer uma sucessão de diferentes tipos de regimes políticos. A forma virtuosa de cada regime está condenada a degenerar numa forma viciada de maneira cíclica: a monarquia em tirania, a aristocracia em oligarquia, a democracia em oclocracia. Todavia, no Livro VI das suas *Histórias*, Políbio admira a organização política de Roma, uma vez que esta pressupõe um equilíbrio entre as principais formas de constituições existentes no mundo grego, ou seja, entre a monarquia, a aristocracia e a democracia.

Deste modo, para ele, o polo monárquico da República romana era encarnado pelos dois cônsules, eleitos anualmente e que eram os magistrados supremos; a aristocracia, por seu turno, era representada pelo Senado, o conselho da cidade constituído pelas grandes famílias romanas; finalmente, a democracia residia nas três assembleias de cidadãos, os comícios, onde os mesmos podiam votar. As prerrogativas e o funcionamento destas assembleias eram específicos de cada uma. Esta distribuição equitativa das diferentes formas de poder constitui, assim, um baluarte contra a *hybris*, o excesso e a satisfação de interesses pessoais, suscetíveis de desestabilizar a cidade e conduzir à tão temida *stasis*, que é como quem diz, à discórdia.

O carácter colegial das magistraturas, incluindo para os cônsules, destinava-se precisamente a evitar qualquer deriva tirânica, na qual um só homem seria tentado a monopolizar o poder. É preciso sublinhar que os Romanos abominavam a realeza desde a queda de Tarquínio, o que explica que mesmo a magistratura excepcional da ditadura, exercida em situação de crise grave, fosse limitada no tempo. Além disso, o ditador era também secundado por um chefe de cavalaria.

Contudo, este modelo aparentemente equilibrado e harmonioso foi moldado ao sabor das lutas intestinas entre plebeus e patrícios, que minaram a harmonia cívica nos primeiros tempos

da República. Os episódios de secessão da plebe em 495-494, 449 e novamente em 287 a. C. testemunham as tensões paroxísticas que então se viviam na cidade. Com efeito, os plebeus abandonaram esta última em sinal de desacordo sobre questões políticas e jurídicas. Por exemplo, a primeira secessão teve, entre outras causas, a possibilidade de os patrícios escravizarem os plebeus endividados. A topografia da Cidade Eterna conserva a memória destes antagonismos. O Aventino é, com efeito, a colina para onde, durante as duas primeiras secessões, a plebe se retirou sob a proteção da tríade constituída pelas divindades Ceres, Líber e Libera, que aí eram veneradas. O seu santuário, fundado pouco antes da primeira secessão, continuava a ser muito apreciado pela plebe, ao contrário da tríade capitolina formada por Júpter, Juno e Minerva, mais ligada aos patrícios.

Estas lutas permitiram à plebe obter certos avanços para defender os seus interesses, graças à criação do cargo de tribuno da plebe, inicialmente em número de dois, depois, finalmente, de dez. O seu papel consistia em atuar como uma espécie de contrapeso em relação aos patrícios. Os seus poderes eram relativamente vastos, uma vez que podiam vetar as decisões dos magistrados ou proteger os cidadãos destes. Por outro lado, os tribunos da plebe beneficiavam da sacrossantidade: qualquer atentado à sua integridade física era considerado um ato sacrílego. Durante as sessões do Senado, podiam permanecer do lado de fora das portas da cúria, que permaneciam abertas, sem serem autorizados a entrar. Desta forma, os tribunos podiam impedir a tomada de decisões contrárias aos interesses dos cidadãos. O *Comitium*, um espaço circular ao ar livre situado em frente à cúria, constituía um dos locais de reunião dos cidadãos congregados em comícios curiatis e tributos. Deste modo, existia uma verdadeira topografia da cidadania em Roma, tal como em Atenas. As votações, verdadeiros rituais políticos, podiam desenrolar-se nos *Saepta* no Campo de Marte: recintos eleitorais que, de certa forma, monumentalizavam os direitos políticos dos cidadãos reunidos nos comícios centuriatos para escolherem

os magistrados superiores. Corredores delimitados por cordas ou barreiras de madeira ajudavam a organizar as filas e a evitar fraudes.

Apesar de tudo, esta ritualização do voto não nos deve levar a imaginar uma democracia, pois o jogo político foi monopolizado pelas grandes famílias ao longo de toda a República, que se definiu, antes de mais, como um regime oligárquico e aristocrático. O prestígio e os interesses dessas famílias eram vigorosamente defendidos pelos senadores.

No entanto, em 367 a. C., as Leis Licínio-Sextianas¹ estipularam, entre outras coisas, que a partir de então seria eleito anualmente um cônsul plebeu. Ao longo das gerações, os plebeus abastados puderam assumir responsabilidades importantes à frente da cidade e aliar-se aos patrícios: formavam aquilo a que os Romanos chamavam a *nobilitas*. É o caso dos irmãos Tibério Graco e Gaio Graco, filhos de um cônsul plebeu que, em 163 a. C., casou com uma mulher patricia chamada Cornélia, filha do ilustre Cipião, *o Africano*. Estes dois irmãos procuraram defender os interesses dos plebeus, principalmente dos mais vulneráveis, com as suas leis agrárias propostas entre 133 e 123 a. C. O objetivo principal era assegurar uma melhor distribuição das terras entre os cidadãos.

Certas tentativas de servir os interesses dos plebeus provocavam, por vezes, reações violentas, como no caso das leis agrárias introduzidas pelos Graco. Os dois irmãos morreram violentamente em consequência das reações hostis desencadeadas pelas suas políticas. Durante os séculos II e I a. C., uma linha divisória desenhou-se no seio dos políticos romanos entre os *optimates*, defensores da primazia das famílias patricias, e os *populares*, que, como Mário e Júlio César, tinham um discurso que respondia aos interesses do povo, nomeadamente das classes menos favorecidas. Embora não fossem defensores de uma democracia, apoiavam-se nas expectativas do povo, a quem lisonjeavam com os seus discursos e os seus projetos políticos. Tal como os populistas contemporâneos, estes políticos sabiam explorar, desta forma, as frustrações do povo num contexto de crise política e de oposição às elites tradicionais.

Roma impôs a sua cultura às províncias?

A expansão de Roma, como em qualquer processo de conquista e colonização, conduziu a uma difusão da cultura do vencedor. O fascínio dos espetáculos no teatro e no anfiteatro, os prazeres das termas, o uso da toga ou mesmo o emprego do latim são, igualmente, indicadores das mudanças que se verificaram nas sociedades e nas culturas provinciais. A expressão «romanização» designa este processo de difusão da cultura romana. No entanto, este termo, hoje comumente utilizado, merece ser discutido, em parte devido à dimensão ideológica que pode veicular, mas também devido às inúmeras *nuances* que lhe devem ser associadas.

Nas escolas da Terceira República, a explicação do processo civilizador que se seguiu à conquista da Gália, durante o qual os Romanos levaram uma forma de progresso aos povos gauleses, foi muito conveniente para estabelecer um paralelo longínquo com a colonização europeia, nomeadamente em África, entre o final do século XIX e o início do século XX. O exemplo de Roma fornece uma justificação para a missão civilizadora de França em relação aos povos colonizados, nomeadamente através da língua, da escolarização, das vias de comunicação ou mesmo do urbanismo.

A ideia de uma tal missão não estava ausente das mentalidades romanas. Na sua obra *Vida de Cneu Júlio Agrícola*, o historiador Tácito traça um retrato ideal do governador. Cneu Júlio Agrícola,

sogro do autor, teve a autoridade sobre a remota província da Bretanha, ou seja, a atual Inglaterra, entre 70 e 73, durante o reinado de Vespasiano. A conquista da ilha fora levada a cabo por Cláudio apenas algumas décadas antes, a partir de 43. Tratava-se, portanto, de um território que tinha caído recentemente sob o domínio romano e onde o processo de integração estava em pleno andamento.

No seu elogio ao governador, Tácito menciona os efeitos benéficos da presença romana. Esta foi a fonte de uma melhoria significativa das condições de vida dos povos bretões, que eram vistos como Bárbaros distantes. Uma placa do sítio arqueológico de Vindolanda, no norte de Inglaterra, datada do final do século I e que descreve as suas práticas guerreiras, designa-os por *Brittunculi*¹. O diminutivo colocado no final do nome sugere uma forma de desprezo pelos habitantes autóctones, quase em tom de injúria, e, portanto, um sentimento de superioridade por parte dos Romanos.

A submissão destes Bárbaros foi conseguida através do desenvolvimento das várias infraestruturas enumeradas por Tácito. Agrícola contribuiu, assim, para a construção de templos, praças públicas e pórticos, habitações e, evidentemente, banhos. Todos eles elementos suscetíveis de reforçar a sua docilidade. Agrícola não hesitou em apoiar os que participaram neste desenvolvimento urbanístico e em repreender os que se mostravam recalcitrantes. A educação à maneira romana e a aprendizagem do latim foram igualmente encorajadas para os filhos das elites da população local. Tácito declara que os Bretões desprezavam anteriormente o latim, mas que, depois, muitos quiseram falá-lo fluentemente. O uso da toga refletia também o desejo de adotar o modelo do conquistador². A toga era um sinal de assimilação para Roma, uma vez que a província da Gália Transalpina foi apelidada *Gallia togata*, a Gália de toga.

Tácito demonstra, contudo, algumas reservas quanto a estas transformações na qualidade de vida. Lamenta o facto de os Bretões terem sucumbido aos vícios associados ao desenvolvimento

do conforto, em particular ao gosto pelos banhos – pensemos nomeadamente nas termas de Bath (*Aquae Sulis*) construídas pouco depois da conquista – e pelos banquetes. O amolecimento dos povos da Bretanha afetou as suas qualidades morais e guerreiras. Em *A Germânia*, pelo contrário, Tácito reconhece as virtudes e a forma da pureza dos costumes e do corpo que caracterizam os Germanos. O Bárbaro é a encarnação da alteridade absoluta, mas é também um espelho em negativo dos Romanos, para melhor sublinhar a sua corrupção gerada pelo luxo.

A obra de Tácito está, muitas vezes, imbuída de um discurso moral no qual são defendidos os antigos valores romanos, como se pode contactar nos *Anais*, por exemplo. Segundo uma lógica determinista, a dureza das condições de vida e do clima na Germânia só podiam moldar os homens e as mulheres à imagem do ambiente que os rodeia³. Os Bárbaros, germânicos ou celtas, não eram necessariamente desprezados e podia ser-lhes reconhecida uma certa dignidade, mesmo na derrota e no cativeiro. É isso que atestam os sarcófagos do fim do Alto Império, como o grande sarcófago Ludovisi e o sarcófago de Portonaccio, que se encontram no Museu Nacional Romano, em Roma. O antagonismo entre civilização e barbárie merece, assim, certas *nuances*.

A arqueologia do urbanismo corrobora as afirmações de Tácito e demonstra claramente a difusão do modelo descrito pelo historiador. A atração exercida pelo modo de vida romano era inerente às cidades, verdadeiras vitrinas da romanidade. Todavia, há que fazer uma distinção entre as províncias do Ocidente e as do Oriente. Nestas últimas, o urbanismo já estava amplamente desenvolvido no período helenístico e, por vezes, havia milhares de anos, como é o caso das cidades do Levante. No Ocidente, nomeadamente na Gália, na Germânia ou na Bretanha, o modelo da cidade greco-romana estava ausente, exceto na costa mediterrânica com as fundações coloniais gregas, como Marselha. Não obstante, a imagem da Gália coberta de florestas e de aldeias simples, constituídas por cabanas, antes da chegada de Roma, deve

ser relativizada. Está provado que uma grande parte das terras estava grandemente cultivada e os espaços florestais desbravados. Os *oppida* do mundo celta, locais fortificados muitas vezes em terrenos elevados, são testemunhos de uma proto-urbanização, como o sítio de Corent, situado em Puy-de-Dôme, no território de Arvernes. Em 2011, foi descoberto um edifício público identificado como uma forma de teatro e erigido antes da conquista romana. As hipóteses formuladas fazem deste edifício um local de reuniões políticas para as elites do povo de Arvernes. Uma aglomeração como esta representava já um centro de poder, o que é característico de uma cidade.

As elites desses lugares desempenhavam um papel central no processo de difusão da cultura romana: elas constituíam verdadeiros retransmissores da romanidade. Roma apoiava-se frequentemente nas elites estabelecidas antes da conquista para estabelecer o seu domínio. Nas cidades gregas, estas podiam ser grandes famílias de notáveis que, ao longo das gerações, tinham ascendido a altos cargos. No Ocidente, em particular no mundo celta, as famílias aristocráticas conseguiram desenvolver o seu prestígio através de atividades guerreiras, fonte de uma autoridade necessária para exercer funções de comando. As elites eram os interlocutores de Roma. O poder romano procurava fidelizá-las e controlar os territórios à escala local através delas. As elites de ontem mantiveram a sua posição social e económica, e esta continuidade abriu caminho a uma forma de consenso entre os indígenas e Roma. As populações indígenas viam, assim, as vantagens que podiam ter por servir Roma no seio da sua cidade. Daqui resultava uma espécie de emulação das manifestações de lealdade, bem como da imitação do conquistador, nomeadamente em termos do estilo de vida e da organização política na cidade.

No plano arqueológico, de uma ponta à outra do Império, a habitação constitui um bom indicador deste processo. Baseadas no modelo da *domus*, residências ricas elitistas floresceram em todas as províncias, como se pode ver ainda hoje em Saint-Romain-en-Gal,

em frente a Vienne (Ródano), que formava uma verdadeira pequena Roma tal como outras colónias ocidentais, ou em Vaison-la-Romaine (Vaucluse). A arquitetura, os motivos decorativos pintados, os mosaicos e o mobiliário imitavam as casas ricas de Roma ou das cidades italianas. No que diz respeito à pintura, a difusão dos estilos pompeianos nas províncias ilustra este mimetismo, sobretudo nos dois primeiros séculos do Império. Proliferam os *trompe-l'oeil*, as naturezas-mortas e os temas mitológicos em paredes coloridas com o vermelho pompeiano ou o preto, como nas casas das elites das cidades vesuvianas.

O exemplo do palácio de Fishbourne, descoberto no sul de Inglaterra, perto de Chichester, demonstra bem a propagação do estilo de vida romano. Trata-se de uma das maiores residências aristocráticas da época romana descobertas no Ocidente. Este enorme complexo residencial, sumptuosamente decorado, é excepcionalmente grande em comparação com as dimensões habituais de uma *domus* rica. Pensa-se que este palácio terá pertencido a um nobre de nome Tibério Cláudio Cogidubnus. O facto de possuir os *tria nomina* (três nomes) indica que lhe tinha sido concedida a cidadania romana. O apelido Cogidubnus sugere uma origem autóctone, apesar do sufixo *us*. De facto, era o chefe da tribo dos Regnenses. Tácito afirma que Roma contava grandemente com o apoio dele para exercer o seu controlo sobre a região e que era habitual Roma apoiar-se nos reis para melhor subjugar⁴.

A construção da sua residência remonta aos anos 70 d. C., cerca de três décadas após a conquista da província da Bretanha por Cláudio. Esta proximidade cronológica é reveladora da predisposição das elites nativas para adotarem rapidamente o modo de vida do vencedor. Porém, há *nuances* que se impõem porque a romanização da província da Bretanha permaneceu, na verdade, muito superficial devido à sua conquista tardia. Foram sobretudo as cidades, particularmente as colónias, que constituíram os polos da romanidade. Não foi por acaso que esta província terá sido uma das primeiras a serem evacuadas por Roma, no início do século v.